
**Lésbicas e o combate às discriminações nas páginas do boletim
*ChanaComChana***

SILVEIRA-BARBOSA, Paula¹; COUTINHO, Gabriela²

Resumo: O estudo tem o objetivo de identificar a contribuição das lésbicas brasileiras para o combate às discriminações. Para isso, adotamos o boletim *ChanaComChana* como objeto de discussão. O periódico foi editado pelo Grupo de Ação Lésbica-Feminista (Galf) entre 1982 e 1987. Esse grupo foi o primeiro coletivo auto-organizado de lésbicas de que se tem registro no Brasil. Além disso, o *ChanaComChana* foi a única publicação lésbica que se manteve em circulação, ainda que com dificuldades, durante quase toda a década de 1980. Para cumprir o objetivo proposto, usamos como abordagem teórica a história do tempo presente, além da análise documental como ferramenta metodológica. A escolha desse referencial teórico anuncia que propomos a construção de um saber situado, sem a pretensão de obedecer uma suposta neutralidade científica. Como resultado, esperamos que o estudo contribua para visibilizar a participação das lésbicas nas lutas pelos direitos humanos, além de tensionar a escrita da história, que por muitas vezes desconsidera a ação de sujeitos tidos como dissidentes.

Palavras-chave: *ChanaComChana*; ativismo lésbico; discriminação.

**Lesbians and the fight against discrimination on the pages of the
ChanaComChana bulletin**

Abstract: This article aims to identify the contribution of Brazilian lesbians in combating discrimination. For this, we adopted *ChanaComChana* bulletin as an object of discussion. The journal was edited by the Lesbian-Feminist Action Group (Galf) between 1982 and 1987. This group was the first self-organized collective of lesbians to be registered in Brazil. In addition, *ChanaComChana* was the only lesbian publication that remained in circulation, although with difficulties, during almost all the 1980s. To fulfill the proposed objective, we use as theoretical approach the History of the Present Time, other than the document analysis as methodological tool. Choosing this theoretical reference announces that we propose the construction of a situated knowledge, without the pretense of obeying a supposed scientific neutrality. As a result, we hope that this study will contribute to raising the profile of lesbian participation in human rights struggles, as well as stressing the writing of history, which often ignores the actions of people perceived as dissidents.

Keywords: *ChanaComChana*; lesbian activism; discrimination.

INTRODUÇÃO

¹ Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade de Brasília. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: paulaevelyn.b@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0003-2012-4978>>

² Graduada em História - Licenciatura pela Universidade de Brasília. E-mail: sheisgabs@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0002-7771-2335>>

Neste artigo, propomos uma análise sobre a contribuição do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (Galf) no combate à homofobia. Trata-se do primeiro coletivo auto-organizado de lésbicas brasileiras, que teve atuação contínua durante a década de 1980 (FERNANDES, 2018; LESSA, 2007). Para cumprir o objetivo proposto, analisaremos o boletim *ChanaComChana* (CCC)³, editado pelo coletivo entre 1982 e 1987. Nesse período, o Galf publicou 12 edições do periódico. Investigar todos os exemplares seria inviável neste reduzido espaço. Então, adotamos como recorte temporal o período de 1984 a 1985, o que implica o estudo de cinco edições - a saber os números 5 a 9.

Foi nesse momento que os grupos de defesa da livre orientação sexual estavam mais engajados na campanha contra o item 302 do código internacional de doenças (CID), gerido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Daí a pertinência de escolher esse período para análise. Nessa época, a articulação de movimentos sociais foi tão notável que em agosto de 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM) deixou de tratar a homossexualidade como doença, ficando a frente da OMS, que só adotaria posição similar em maio de 1990 (TREVISAN, 2018; CARNEIRO, 2015).

A efervescência política em relação a essa pauta foi alimentada pela campanha promovida pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) naquele período. O GGB, fundado em 1980 e que segue em funcionamento, consagrou-se em âmbito nacional como a primeira instituição brasileira a defender a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros (LGBT+). A década de 1980 é particularmente importante para o movimento, pois foi quando os grupos organizados passaram a atuar de maneira sistemática no enfrentamento a Aids (CARNEIRO, 2015).

Embora, a chegada do vírus HIV ao Brasil tenha ocorrido em 1982, os coletivos organizados não se envolveram no primeiro momento. Contudo, diante da inércia do Estado brasileiro e da grande estigmatização dos LGBTs, a partir de discursos médicos e midiáticos, os movimentos sociais entraram em cena. Suas ações foram as primeiras medidas de combate à doença e, conseqüentemente, à

³ Os exemplares do boletim foram disponibilizados às autoras deste estudo pela pesquisadora Patricia Lessa, que colaborou com outras produções acadêmicas desenvolvidas por nós anteriormente e a quem agradecemos.

discriminação dos portadores do vírus e de grupos considerados vulneráveis (TREVISAN, 2018).

Ainda que as lésbicas tenham participado ativamente das lutas democráticas do país e também de atos pelos direitos civis da comunidade LGBTQ+, nem sempre seus esforços são reconhecidos nas narrativas históricas. De modo que, durante muito tempo, a associação entre lesbianidades e apagamento foi considerada lugar-comum (RICH, 2010). Felizmente, nos últimos anos, pesquisadoras têm se voltado para o tema, na tentativa de tensionar a historiografia, incluindo novos atores na escrita da história. Portanto, o esforço de pesquisa desempenhado neste estudo deve ser lido também como uma contribuição às investigações que visam resgatar e preservar as memórias lésbicas.

Para isso, este texto está dividido em cinco partes. Primeiramente, descreveremos nossos aportes teóricos, a partir de uma breve revisão sobre história do tempo presente. Nessa etapa, também será abordada a pertinência do boletim CCC como fonte de pesquisa. Posteriormente, faremos um resgate histórico sobre a trajetória do movimento LGBTQ+ no Brasil, discutindo a formação do primeiro grupo de militância desse segmento e, mais especificamente, do primeiro coletivo auto-organizado de lésbicas.

Na terceira parte do artigo, serão apresentadas as considerações metodológicas - seção em que discutiremos os eixos de investigação e discorreremos sobre a análise documental como ferramenta de pesquisa. Em seguida, dedicamo-nos a análise do boletim. Por fim, faremos um balanço dos resultados encontrados e da contribuição deste estudo para o campo da História e para a memória dos ativismos lésbicos no Brasil.

APORTES TEÓRICOS

O boletim *ChanaComChana* surgiu durante o período da ditadura civil-militar brasileira iniciada com o golpe 1964. Nesse regime, que durou até 1985, o Estado brasileiro, utilizou-se do discurso moralizante para desumanizar e estigmatizar a comunidade LGBTQ+, assim como outros segmentos considerados subversivos. Ou seja, tudo que era fora da norma da família mononuclear e heterossexual, de ideias do campo da extrema-direita, era passível de sofrer discriminação e perseguição

moral e política (CABRAL, 2015). A homossexualidade era considerada um perigo social e moral, tanto quanto o comunismo (MACRAE, 1990)⁴.

O Galf, por meio do boletim CCC, lança mão de seus conhecimentos acadêmicos, sociais e políticos para envolver a comunidade lésbica no debate à discriminação. Podemos, também, apontar a importância da luta dessas mulheres no que diz respeito à abertura democrática, alinhando-se com demais grupos independentes e se reunindo com partidos políticos para a inserção de pautas contra a discriminação de homossexuais na nova constituição, que estava sendo discutida naquele período (COUTINHO, 2019).

Neste estudo, nosso objetivo é colaborar para produções acadêmicas sobre lesbianidades. As pesquisadoras empenhadas nesse tipo de investigação almejam interromper definitivamente o silêncio e o apagamento imposto às lésbicas (RICH, 2010; MOGROVEJO, 2000). Para isso, adotamos a história do tempo presente como abordagem teórica. Essa corrente tem como principal propósito a análise de permanências e rupturas do passado, que se refletem no tempo presente. No caso deste estudo, temos como pano de fundo um cenário no qual o regime autoritário iniciado em 1964 foi encerrado, mas a estigmatização, a discriminação e a violação sistemática aos direitos humanos de lésbicas e outros grupos sociais vulnerabilizados segue em curso (FERNANDES, 2018).

Diante disso, ressaltamos que “o historiador do tempo presente não tem ilusões quanto a sua objetividade e imparcialidade. Ele sabe que, ao imergir totalmente nos fatos de seu tempo, ele contribui para construí-los” (ARAÚJO, 2000, p. 13). Essa implicação entre pesquisador e objeto de estudo, tão característica de abordagens em história do tempo presente, também deve ser vista como um lugar privilegiado para a apreensão dos fenômenos históricos e para a inclusão de subjetividades dos atores sociais, que escapam diante da distância temporal (FERREIRA, 2000).

Segundo o historiador Hugo Fazio, o tempo é a coluna vertebral da história, um “entrelaçamento de diferentes dimensões, extratos e dinâmicas que entram em ressonância” (FAZIO, 2018, p. 25). Ou seja, é algo que não podemos dar como

⁴ Embora a perseguição institucional seja evidentemente mais violenta, também é importante registrar que os movimentos de esquerda ortodoxa viam a homossexualidade como um desvio burguês. Os movimentos feministas, por sua vez, também resistiram à formação de alianças com o movimento lésbico e homossexual, pois viam a sexualidade como uma questão individual e não política (FERNANDES, 2018; MACRAE, 1990).

concluído. O mesmo acontece com as memórias que este mesmo tempo deixa na vida das pessoas. No caso da ditadura civil-militar, a história do tempo presente contribuiu para que fossem formadas novas políticas de memória, investigação e reparação, como no caso da Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁵. Essas políticas de reparação reconhecem, legitimam e validam, em alguma medida, as vozes de gays, lésbicas e travestis, que tiveram suas vidas marcadas pelos anos de chumbo.

Ao retomar essas memórias, através de produções autorais do Galf, trazemos para a pesquisa o *continuum* da história, questionando as narrativas tradicionais. Narrativas essas que privilegiam o ponto de vista daqueles que seriam considerados “vencedores”, nas palavras de Emanuela Silva (2009).

Por fim, destacamos que a emergência da história do tempo presente e a pertinência de adotá-la como abordagem em estudos como o nosso responde a uma demanda social. Segundo Dosse, o historiador tem como missão colaborar para a “desmistificação das crenças veiculadas pela memória coletiva”, assim como para a formação da “consciência histórica e a memória dos contemporâneos, bem como a construir uma cultura comum” (2012, p. 19). Questão que coincide com o objetivo da investigação que propomos aqui.

A FORMAÇÃO DO GALF E O SURGIMENTO DO BOLETIM CHANACOMCHANA

Uma das organizações considerada pioneira no ativismo LGBTQ+ brasileiro é o Somos - Grupo de Afirmação Homossexual. Este surgiu em 1978, na cidade de São Paulo. Seu objetivo era garantir os direitos civis da comunidade homossexual brasileira, a partir de atos públicos e de uma agenda regular de formação política. Para melhor organização, decidiu-se que o coletivo teria três subgrupos: identificação, atuação e de estudos (MACRAE, 1990). Entretanto, essa disposição nunca funcionou de forma pacífica. Algo que se acentuou após a entrada de novos integrantes.

Em fevereiro de 1979, um grupo de lésbicas entrou para o Somos/SP⁶, logo após um evento que ocorreu na Universidade de São Paulo (USP). Inicialmente, optou-se por dividi-las nos subgrupos do coletivo, com o fim de garantir sua

⁵ O parecer da Comissão Nacional para a Verdade foi publicado no dia 10 de dezembro de 2014, e está disponível no site <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

⁶ Um ano mais tarde, surgiu uma organização de mesmo nome no Rio de Janeiro (MACRAE, 1990). A literatura acadêmica tem adotado as siglas Somos/SP e Somos/RJ para diferenciá-los. Identificação que manteremos neste estudo.

participação em todas as esferas. Entretanto, como lembra Marisa Fernandes, que integrava o Somos/SP naquela época, essa dinâmica se revelou contraproducente com o passar do tempo.

Desta forma, elas mal conseguiam falar e, quando lhes davam a oportunidade, era sempre para facilitar que os gays superassem os preconceitos que tinham contra as lésbicas. Influenciadas pelo feminismo, elas sabiam que suas especificidades como mulheres - e não apenas como homossexuais femininas - geravam dupla discriminação. Como lésbicas e feministas, decidiram então atuar como um subgrupo autônomo dentro do SOMOS, que não seria só de identificação, pois reconheciam que esse processo já estava esgotado. Resolveram que a singularidade desse novo grupo seria a de uma atuação lésbico-feminista (FERNANDES, 2018, p. 93)

Em razão dessas divergências, parte das lésbicas criou, em julho de 1979, o Grupo Lésbico Feminista, ou simplesmente LF. A divisão era formada, majoritariamente, por jovens universitárias de Ciências Humanas (CARDOSO, 2004). Na sexta edição do CCC, Míriam Martinho, uma das co-fundadoras do LF, afirma que o termo “lésbica feminista” foi escolhido como resultado da conscientização política das lésbicas sobre sua dupla opressão - que envolvia o gênero e a orientação sexual (BOLETIM CHANACOMCHANA, n. 8, 1985, p. 2).

Um de seus principais objetivos, ao criar o LF, era encaminhar a discussão sobre sexismo no Somos/SP, além de buscar alianças com o movimento feminista. Contudo, essa proposta não foi bem recebida e a tensão seguiu aumentando. Pesquisadores, que também foram ativistas naquele período, relatam que o estopim para um racha definitivo foi a passeata de trabalhadores, que ocorreu em 1º de maio de 1980 (GREEN, 2018; TREVISAN, 2018; MACRAE, 1990).

Para a manifestação daquele ano, ficou acordado que o Somos/SP prestaria apoio e organizaria uma ação de gays e lésbicas no evento. Parte dos integrantes era contra, pois considerava que participar do ato seria uma forma de se submeter ao movimento sindical e ao Partido dos Trabalhadores (PT), limitando a autonomia do coletivo. Sendo assim, a corrente opositora organizou uma atividade paralela. Com isso, ficou instalada uma diferença irreconciliável que resultou num duplo racha do grupo. Disso decorre o surgimento do Outra Coisa: Ação Homossexualista e a separação definitiva do LF, que passou a se chamar Grupo de Ação Lésbico-Feminista, agora tudo no feminino (FERNANDES, 2018; TREVISAN, 2018).

Além de promover atividades políticas e culturais, produzir o boletim *ChanaComChana* era uma importante frente de atuação do Galf. A primeira edição

do título foi lançada em dezembro de 1982 e dava continuidade às publicações piloto que o grupo fez nos meses de janeiro e março de 1981 (FERNANDES, 2018). No editorial de estreia do boletim, o Galf destaca que o CCC é uma produção feita de lésbicas para lésbicas. Nas palavras das organizadoras, o periódico deveria ser um “veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que o fizerem e para quem for lê-lo também” (BOLETIM CHANACOMCHANA, n. 2, 1982, p. 1).

Embora o boletim tivesse esse caráter contestador e insurgente, cuja expressão maior é o seu próprio nome, destacamos que as integrantes do grupo não estavam imunes à repressão sexual. Algo que se faz notar, por exemplo, na grande rotatividade de colaboradoras do boletim, assim como na identificação de autoria dos textos publicados nele. Basicamente, as figuras públicas do Galf e que assinavam artigos com nome e sobrenome eram Míriam Martinho e Rosely Roth (COUTINHO, 2019).

Cardoso (2004) aponta que o periódico tinha tiragem média de 200 exemplares e era distribuído pelas próprias colaboradoras em congressos, festas, bares e boates. A circulação ocorria predominantemente na cidade de São Paulo, onde o título era editado, mas também há registros de compartilhamento de material com outras organizações de diferentes estados e também do exterior (MAIA, 2017).

Influenciadas por pesquisadoras lésbicas e feministas, como Adrienne Rich (2010) e Monique Wittig (2006), o Galf imprimiu no CCC a politização da condição lésbica. Ou seja, a compreensão da lesbianidade como algo que transcende a preferência sexual e afronta diretamente as bases do sistema patriarcal. Além disso, como produto de seu tempo, o periódico refletiu as lutas em prol da redemocratização do país e dedicou especial atenção às questões legalistas relacionadas às lésbicas (CARDOSO, 2004; COUTINHO, 2019).

A produção do boletim era uma forma de retratar as lésbicas por elas mesmas, já que parte da imprensa tradicional propagava discursos discriminatórios e os profissionais interessados em promover um debate sério sobre o tema sofriam com as pressões da censura federal. Exemplo disso foi a intervenção estatal no programa de Hebe Camargo, após a veiculação de um debate sobre lesbianidades⁷.

⁷ Informação recuperada da matéria “Censura ameaça Hebe Camargo”, publicada na *Folha de S. Paulo* em 29 de maio de 1985. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

A escolha do CCC como objeto de discussão neste estudo pode ser resumida em três justificativas. A primeira reside no fato de o boletim ser um espaço de produção de memórias lésbicas⁸. Nesse sentido, destacamos a presença regular de balanços sobre a trajetória dos ativismos lésbicos do Brasil e do exterior nas páginas do boletim. Outro fato ilustrativo dessa função de preservação da memória é a formação de uma biblioteca colaborativa sobre lesbianidades, movimentos sociais e feminismo, organizada pelo próprio Galf. No boletim, o grupo reportava as novas aquisições e convidava as leitoras a solicitarem cópias.

Outro elemento que motivou a escolha do boletim para este debate é o fato de que ele foi a única publicação lésbica que teve certa regularidade na década de 1980 (CARDOSO, 2004; MAIA, 2017). Em um mapeamento pioneiro sobre a Imprensa Lésbica brasileira, a pesquisadora Carolina Maia (2017) mostra que houve outros quatro títulos contemporâneos ao *ChanaComChana*. Entretanto historiar esses veículos é difícil, já que nos casos do *Iamuricumá* (1981) e do *Xerereca* (1987) apenas uma edição ficou conhecida. Já o terceiro veículo, *Amazonas* (1983), teve todo o seu acervo perdido (MAIA, 2017; SILVA, 2016).

Finalmente, destacamos que o CCC é um material feito de lésbicas para lésbicas, o que coloca as produções das próprias agentes dessa história como fonte principal de nosso estudo. Destacamos ainda que essa é uma forma de valorizar as protagonistas dessa trajetória, desconsiderando narrativas feitas por terceiros em que se notam perspectivas discriminatórias (MOGROVEJO, 2000). A partir da investigação das memórias lésbicas, construímos um saber localizado, que questiona a história tradicional, de longa duração. Afinal, como pontua Emanuela Silva, a história:

não possui meios para relacionar o passado com outras implicações além daquelas que ela detém. É preciso ser menos frio e imparcial para se poder encontrar outro passado que não se atenha somente àquele que se refere ao vencedor (2009, p. 22-23).

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Para analisar os exemplares do *ChanaComChana*, selecionamos os artigos de opinião publicados no boletim. Essa escolha se justifica pelo fato de estarmos

⁸ O sentido de memória evocado aqui remete à teorização de Halbwachs sobre o conceito de memória coletiva. Como elementos fundadores dela, o autor aponta a visão a partir do quadro interno do grupo social analisado e o reconhecimento permanente dos indivíduos que o compõem (HALBWACHS, 2003, p. 109).

interessadas em identificar as diferentes posições encampadas pelo grupo no combate às discriminações⁹. Dessa forma, observar textos nos formatos entrevista e editorial, por exemplo, poderia ir contra o objetivo proposto neste estudo. No caso das entrevistas, entendemos que elas trariam contribuições pontuais de atores externos e, aqui, interessa-nos investigar os posicionamentos mobilizados e difundidos pelo Galf.

Os editoriais, por sua vez, têm a característica de refletir a visão da pessoa responsável pela edição ou de membros com posição estratégica no periódico (BELTRÃO, 1980). De modo que limitar a análise a esses textos poderia ocultar a heterogeneidade de posicionamentos e ideias que circulavam dentro do Galf e no *ChanaComChana* e que são mais expressivos nos artigos de opinião, assinados por diferentes mulheres.

Para analisar o material, empreendemos uma leitura preliminar para identificar os textos a serem analisados. Nas cinco edições escolhidas a partir do recorte temporal, identificamos 10 artigos de opinião. Posteriormente, foi realizada nova leitura do material com o fim de detectar especificamente as ideias mobilizadas pelas colaboradoras do CCC no combate às discriminações.

Diante da limitação de espaço do artigo, optamos por discorrer sobre as posições que apareceram com mais frequência nos textos analisados. Como mostra a tabela 1, nossa análise indicou os seguintes posicionamentos: representatividade ampla, valorização da diferença, imbricação das lutas sociais, lesbianidade como ato político e crítica ao mito do amor romântico. É importante destacar que, muitas vezes um único texto articulava mais de uma ideia, de modo que a soma da frequência de cada uma das posições mobilizadas é maior que o número de artigos analisados.

Tabela 1 - Resultados de análise dos artigos

Posições de combate à discriminação	Frequência
Representatividade ampla	40%

⁹ Optamos por usar o termo discriminação no plural, pois além da lesbifobia, o Galf abordava outras formas de estigmatização nas páginas do boletim. Ademais, a própria experiência de ser/estar no mundo como mulher lésbica pode ser vivida de diferentes formas. Algo que torna incoerente a visão da discriminação das lésbicas como um processo uno. Há diferentes gradações possíveis, resultantes da mescla de outros aspectos para além da lesbianidade. São exemplos: a origem, a classe social, a raça, a condição física, a religião etc (BACHETTA, 2009).

Valorização da diferença	40%
Imbricação das lutas sociais	30%
Lesbianidade como ato político	30%
Crítica ao mito do amor romântico	30%

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019

Na seção seguinte, discorreremos sobre cada um desses ideais, indicando exemplos relevantes e mostrando a articulação deles com o pensamento feminista e com o cenário sócio-político da época. O relato segue a ordem de classificação indicada na tabela acima.

A CONTRIBUIÇÃO DAS LÉSBICAS NO COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES

Apesar de se caracterizar como um grupo de articulação política, o Galf externou no CCC o ideal de ampliar a representatividade lésbica em todos os níveis. Evidentemente, a questão política teve grande protagonismo, diante do contexto de transição democrática no qual o grupo surgiu (COUTINHO, 2019). Além disso, a efervescência política do período fez com que diversos movimentos sociais, inclusive o de lésbicas, visse a nova constituição como um instrumento de combate às desigualdades e discriminações. Neste sentido, destacamos o trabalho exercido por Rosely Roth. Com a proximidade das eleições para a Assembleia Constituinte, a ativista se empenhou em produzir textos que estimulassem o engajamento político das lésbicas. Nas palavras de Roth:

A participação se efetua de qualquer maneira, seja através da passividade que implica numa aceitação cúmplice do que aí está ou, de uma forma mais ativa, dinâmica, tentando transformar, modificar a organização social de forma que todos tenham acesso aos bens produzidos (BOLETIM CHANACOMCHANA, n. 9, 1985, p. 16).

A compreensão do Galf de que a participação social das lésbicas deveria se dar nos mais diversos espaços se refletia na variedade de pautas abordadas no *ChanaComChana*. Exemplo disso são os artigos em que se discutem as representações lésbicas na literatura e no cinema, nas críticas aos discursos discriminatórios propagados pela imprensa e também na disputa das próprias integrantes do Galf pelos espaços midiáticos. Certamente, o exemplo mais emblemático desse questão é a participação de Rosely Roth no programa de Hebe

Camargo, numa discussão sobre lesbianidades. Boa parte dos trabalhos de referência, no que se refere às publicações lésbicas, deram destaque a esse evento (CARDOSO, 2004; LESSA, 2007; MAIA, 2017).

Esse acontecimento é relevante em diferentes aspectos. Talvez o mais evidente, considerando o contexto ditatorial da época, seja a transgressão da moral imposta pelo regime militar. É notório que durante esse período, o Estado brasileiro, lançando mão de seu aparato repressivo promoveu uma verdadeira caça aos homossexuais e todos os grupos sociais considerados desviantes, tais como as prostitutas, os ativistas pelos direitos humanos e os artistas¹⁰. Embora os ativismos lésbicos, ao menos aqueles de que se tem registro até então, tenham surgido no contexto de “abertura política”, houve episódios de ações arbitrárias promovidas pelo Estado. Em São Paulo, onde o Galf surgiu, a década de 1980 foi marcada pelas operações de perseguição aos homossexuais, protagonizadas pelo delegado Wilson Richetti (FERNANDES, 2018).

Nesse sentido, o reconhecimento do Galf como organização social com legitimidade política e o convite para que Rosely Roth participasse do programa de Hebe demonstram uma postura de insurgência diante da moralidade do regime de então. Embora a dinâmica do programa não tenha favorecido as intervenções de Rosely, conforme a própria ativista registrou na edição 7 do boletim CCC, a mera abordagem do tema da lesbianidade e a presença de uma ativista do Galf na televisão aberta brasileira causou desconforto no Estado. Questão que desencadeou ameaças ao programa de Hebe Camargo.

O Serviço de Censura Federal em São Paulo enviou um documento à TV Bandeirantes dizendo que se a direção da emissora não adotasse “medidas enérgicas”, o programa passaria a ser gravado e submetido à avaliação prévia. O documento também acusava a apresentadora de transformar o programa em

¹⁰ Sobre esse assunto ver, por exemplo, o estudo de Cabral (2015). Nesse texto, a autora se dedicou ao exame de arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e identificou representações estereotipadas sobre a comunidade LGBTQ+, além de discursos de ódio e ações de silenciamento de grupos considerados dissidentes. Outra fonte importante nesse aspecto é o conteúdo produzido pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. O material tem uma seção exclusiva sobre a perseguição empreendida pelo Estado para agredir a comunidade LGBTQ+. O conteúdo pode ser encontrado em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>> Acesso em 28 de maio de 2019.

“tribuna de aliciamento, indução e apologia do homossexualismo”¹¹.

Embora o programa de Hebe Camargo seja considerado espaço de entretenimento, tal como outros espaços em que o Galf reivindicava representatividade lésbica (na literatura e no cinema, por exemplo), essa demanda é muito relevante para a comunidade lésbica em geral. Não se trata de simples inclusão; de diversificação de vozes públicas como fim em si mesmo, mas sim da desestabilização das convenções sociais - nesse caso a da heterossexualidade compulsória (RICH, 2010). Por isso, a ocupação de espaços - ainda que não essencialmente políticos - era uma das frentes de atuação do Galf. E disso decorre também a reação violenta do governo de então à discussão da lesbianidade na TV. Como bem pontua Djamila Ribeiro, “a tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando o poder” (2017, p. 79).

Outra posição mobilizada pelo Galf foi o que chamamos aqui de “valorização da diferença”. Algo que ilustra isso é o texto publicado na edição 9 do CCC, intitulado “Aids: fato e preconceito”. O artigo, assinado por Selma, tem o objetivo de desmitificar o entendimento que havia sobre o vírus HIV e a Aids naquela época. Para isso, a autora detalha a descoberta da síndrome, as formas de transmissão do vírus, além das formas de prevenção.

Selma também discorre sobre o perfil da maioria das vítimas da Aids e elenca uma série de organizações da sociedade civil que prestam apoio àqueles acometidos pela doença. Essa discussão, embora possa parecer primária em nossa época, pode ser considerada vanguardista no período em que foi escrito, isto é, 1985. Considerando a estigmatização sofrida pela comunidade homossexual e a inércia do Estado em lidar com a expansão da Aids, iniciativas como a do CCC em discutir o tema merecem destaque. Afinal, o Galf, já consolidado no meio dos ativismos sociais brasileiros à época, usou seu principal canal de articulação para difundir informações, esclarecer boatos e, conseqüentemente, combater a discriminação.

Nesse tópico, que classificamos como “valorização da diferença”, damos especial enfoque a questão da Aids. Contudo, é importante destacar que o Galf

¹¹ Informação recuperada da matéria “Censura ameaça Hebe Camargo”, publicada na *Folha de S. Paulo* em 29 de maio de 1985. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

promoveu abordagens similares no que se refere à própria condição lésbica e a pluralidade de possibilidades que podem atravessá-la. Dessa forma, o CCC promoveu discussões sobre os papéis de gênero nas relações lésbicas, a autoaceitação, a questão da maternidade e diferentes arranjos sexuais e/ou familiares, entre outros aspectos. Conduta que demonstra não apenas a postura abrangente no que se refere à compreensão das lesbianidades, como também a amplitude do CCC como espaço de circulação de ideias e opiniões diversas. A despeito de todas as limitações, um verdadeiro espaço de debates.

Essa característica do boletim ajuda a compreender um valor muito acionado pelo Galf no combate às discriminações. Trata-se do entendimento da homofobia como uma dimensão do sistema de desigualdades que assola toda a sociedade, o que chamamos aqui de “imbricação das lutas sociais”. De modo que o enfrentamento a essa estigmatização deveria se aliar a outras mobilizações pela dignidade humana.

Não raras vezes, o Galf se posicionou contra o regime ditatorial de então, contra o sexismo e a homofobia. Lemos a amplitude dessas discussões como o entendimento do Galf de que a defesa da comunidade homossexual era uma luta por direitos humanos, tal como a de outros movimentos. É importante destacar que essa compreensão não torna o coletivo e seu boletim imune a críticas quanto à transversalidade de suas pautas. Entretanto, o fato de haver trânsito de ideias diversas no CCC e também a busca por alianças com outros movimentos sociais - para além daqueles envolvidos com a defesa da livre orientação sexual - já demonstra a disposição do grupo para colaborar com a construção de uma sociedade mais igualitária em todos os níveis.

No âmbito teórico, sobretudo entre os pesquisadores dos chamados “Estudos Queer de cor”, a imbricação das lutas contra as múltiplas opressões também vêm sendo discutida há algum tempo (REA, 2017). Uma abordagem fundadora desse campo é a de Gloria Anzaldúa (2005). No clássico texto, a autora atenta para a necessidade de ampliar as lutas sociais para além de uma matriz unitária. Como mulher lésbica, imigrante e não-branca, Anzaldúa reúne em si uma série de atravessamentos que tornam imperativa a luta contra os múltiplos esquemas repressivos e não apenas contra um, como se fez por muito tempo dentro do movimento feminista, por exemplo.

Como *mestiza*, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a *queer* em mim existe em todas as raças.) Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. *Soy un amasamiento*, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados (ANZALDÚA, 2005, 707-708, grifos da autora).

Essa articulação entre as diversas lutas por igualdade é muito importante, sobretudo se considerarmos o ambiente de disputa instalado no âmbito dos ativismos sociais das décadas de 1970 e 1980 no Brasil (FERNANDES, 2018; GREEN, 2018; MACRAE, 1990). Embora muitas vezes os grupos sociais tenham se colocado como antagonistas e agido de maneira isolada em relação a outros segmentos, é importante destacar que os esquemas repressivos, por mais diversos que sejam, possuem uma base comum: a falsa premissa de que um indivíduo pode se sobrepor ao outro, seja por sua condição econômica, pela orientação sexual, pela raça, pela origem etc.

Um exemplo da compilação dessas lutas aparece, por exemplo, na edição 9 do *ChanaComChana*. No texto em que relata a participação do Galf no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, Míriam Martinho destaca a tensão instalada no evento, após a chegada de ativistas cariocas que não tinham como pagar a inscrição do encontro nem a hospedagem. Embora a ativista demonstre dúvidas quanto a veracidade dos argumentos desse grupo e se refira a ele de maneira pouco amistosa, Míriam destaca a abordagem de um tema que até então não tinha espaço nesses eventos.

A avaliação desse lamentável acontecimento levou grande parte das pessoas, em Bertioga, a concordar que o próximo Encontro, daqui há 2 anos, no México, tem que ter em vista formas alternativas de participação, além do esquema básico para financiamento do evento, pois, sem dúvida, as mulheres latino-americanas, em sua maioria, são realmente pobres, e, mesmo com muito esforço, às vezes, não dá para conseguir se auto-financiar ou conseguir subvenção para passagens e acomodações (BOLETIM CHANACOMCHANA, n. 9, 1985, p. 7)

Outra posição mobilizada pelo Galf no combate ao preconceito foi a politização da condição lésbica. Influenciadas pelo movimento feminista, as

integrantes do grupo viam a lesbianidade como uma dimensão da vida política. Ou seja, elas sabiam que sua condição pessoal era mais do que uma preferência, um traço identitário. Trata-se de um ataque direto à base do sistema patriarcal, que enxerga as mulheres como propriedades masculinas (RICH, 2010).

O florescimento desses ideais no grupo pode ser explicado pela proximidade de suas integrantes ao ambiente acadêmico. Como pontua Cardoso (2004), o Galf era formado por estudantes de Ciências Humanas. Um elemento que explicita essa proximidade com teóricas feministas é a seção de dicas de leitura recomendadas no *ChanaComChana*. Como explicamos na seção inicial, o Galf mantinha uma biblioteca colaborativa e convidava as leitoras do CCC a solicitar cópias dos livros e textos disponíveis. Conduta que fomentava a politização e conscientização de seu público.

O texto de Míriam Martinho, intitulado “Ser ou estar homossexual: eis a questão?”, demonstra esse valor de politização da existência lésbica. No artigo, Martinho discute um tema que se colocava no âmbito dos ativismos sociais de então: a pertinência de assumir uma identidade sexual. Naquele momento, havia quem argumentasse que a reivindicação de uma categoria, como lésbica ou gay, se assemelha a um rótulo e poderia se constituir como armadilha, na medida em que limitaria a vivência da pessoa à definição dessas classificações.

Martinho, por sua vez, se contrapõe a essa ideia e aciona o que chamamos aqui de “lesbianidade como ato político”.

Colocar-se enquanto uma mulher lésbica, portanto, não implica necessariamente estar se pendurando um rótulo. (Na verdade, acho que só mesmo os produtos de mercado, como as garrafas, é que usem rótulos reais e, mesmo esses, a gente pode trocar ou alterar como quiser, não é?). Colocar-se enquanto lésbica tem mais a ver, num primeiro instante, com, a busca de uma vida de maior prazer, integridade, alegria e sem mentiras e auto-punição. Além disso, num segundo instante, é uma *declaração política* não só porque desmistifica a crença na “naturalidade” das relações heterossexuais institucionais (casamento, lar, reprodução etc.) como também porque cria novas propostas de independência feminina. [...] *Na experiência lésbica, as mulheres não se definem em função dos homens; elas se definem em função de si mesmas* (BOLETIM CHANACOMCHANA, n. 5, 1984, p. 4, grifos nossos).

A subversão da heteronorma a partir da existência lésbica também foi evocada no artigo “Lésbicas: o difícil direito de ser mãe”. Assinado por Rosely Roth, o texto contém uma discussão sobre direitos civis, além de contornos que evidenciam a influência de ideais feministas desenvolvidos naquele período. Diz a

ativista: “a invisibilidade das mães lésbicas faz parte das tentativa de ocultar a existência destas experiências, que rompem com o (falso) pressuposto de que ser mãe é igual a ser heterossexual” (BOLETIM CHANACOMCHANA, n. 6, 1984, p. 7).

Esses ideais, mobilizados no boletim, articulam-se, por exemplo, com o pensamento de Adrienne Rich (1980), para quem as lésbicas são as mulheres que romperam a dominação masculina em diferentes níveis: econômico, afetivo e sexual. Nesse sentido, a discussão da maternidade em arranjos familiares de lésbicas se constituía como uma transgressão da heteronormatividade. Afinal, como lembra Wittig (2006), a visão binária da sexualidade e dos afetos impede a visão de possibilidades outras de relacionamento e existência.

Lemos a articulação da ideia de “lesbianidade como ato político” como algo que está diretamente relacionada a última categoria de análise que identificamos nos textos do *ChanaComChana*. Trata-se da “crítica ao mito do amor romântico”. Ora, se as práticas lésbicas congregam uma dimensão política, evidentemente, o âmbito das relações afetivas e/ou sexuais também passam a ser questionadas e problematizadas como consequência.

Célia, uma das colaboradoras do boletim, traz esse debate a partir da resenha do filme “As lágrimas amargas de Petra von Kant”, publicada na quinta edição do CCC. A obra retrata a trajetória de uma lésbica que se liberta de uma relação heterossexual e abusiva. Contudo, Petra não rompe com os modelos opressivos de relacionamento. Sendo assim Petra repete esse modelo nas relações lésbicas. Com isso, Célia destaca a importância de subverter as múltiplas relações de poder, que cerceiam a liberdade, mesmo em relações não heterossexuais. O caso de Petra é ilustrativo de como pode ocorrer a saída do “armário” em termos de orientação sexual, mas permanecer a armadilha de um padrão de relacionamento tão opressivo quanto a heterossexualidade compulsória (RICH, 2010).

Nesse sentido, recuperamos aqui a discussão de uma pesquisadora contemporânea que tem contribuído no debate sobre diferentes arranjos sexuais e familiares. Trata-se da psicanalista Regina Navarro Lins. Por meio de uma análise da evolução das relações amorosas no mundo ocidental, a autora mostra como a ideia de amor que temos hoje foi construída.

Para ela, o amor romântico é a propaganda mais bem-sucedida da história (LINS, 2007). Essa forma de relacionamento consiste na valorização do casamento heterossexual, nos pactos de exclusividade afetiva e sexual, além de incluir a crença

num sentimento de amor único que seria, portanto, genuíno e eterno. Para a pesquisadora, é daí que surge boa parte do sofrimento emocional humano, no âmbito dos relacionamentos amorosos. Em sua concepção, esses ideais são contrários à natureza humana e dos seres vivos em geral.

No que se refere às lésbicas, uma referência desse tema é Yuderkys Espinosa Miñoso (2009). Para ela, o mito do amor romântico causa uma distorção a respeito de eventos que são corriqueiros em qualquer indivíduo que mantém uma vida sexual/afetiva ativa. Miñoso destaca, por exemplo, que o poliamor, as relações abertas, o amor livre e o sexo casual são expressões que revelam a pluralidade de dinâmicas que envolvem a sexualidade humana. Entretanto, sob as lentes do amor romântico, essas questões são vistas como infidelidade, traição e promiscuidade.

Destacamos, ainda, que há outra dimensão da crítica ao amor romântico. Mais do que ampliar a visão sobre as possibilidades de exercício da sexualidade, esse questionamento revela a necessidade de ampliar as afetividades e, dentro do contexto lésbico-feminista, compartilhar o cuidado e a proteção com o conjunto das mulheres. Conduta que normalmente é atribuída exclusivamente aos pares amorosos.

[...] Acredito que o amor tem a ver com o conjunto das mulheres do mundo terem um teto, comida e uma vida digna, livre, sem exploração nem violência. Essa deveria ser a característica principal do nosso ideal de amor lésbico feminista: um amor que não seja unicamente individual e personalizado, até um certo número de mulheres, mas também coletivo, para nós mesmas e para nossa classe de sexo (FALQUET, 2006, p. 77, tradução nossa)¹².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, propomos o reconhecimento da contribuição do primeiro grupo auto-organizado de lésbicas, o Galf, no combate às discriminações. Para isso, escolhemos o boletim *ChanaComChana*, editado pelo Galf, como objeto de análise. Usamos como abordagem teórica a história do tempo presente, além da análise documental como ferramenta metodológica. Estabelecemos como recorte temporal o período de 1984 a 1985, o que implicou a análise de cinco edições do boletim *ChanaComChana*.

¹² Texto original: “[...] Creo que el amor tiene que ver con que el conjunto de las mujeres en el mundo tengan un techo, comida y una vida digna, libre, sin explotación ni violencia. Esto debería ser la característica principal de nuestro ideal de amor lésbico feminista: un amor que no sea únicamente individual y personalizado, hacia un cierto número de mujeres, sino también colectivo, para nosotras mismas y para nuestra clase de sexo” (FALQUET, 2006, p. 77).

Diante da limitação de espaço deste artigo, selecionamos apenas os artigos de opinião veiculados no boletim. Essa escolha resultou na coleta de dez textos, em que identificamos cinco posições acionadas pelo grupo para combater a homofobia, além de outras discriminações. As posições que identificamos foram: representatividade ampla, valorização da diferença, imbricação das lutas sociais, lesbianidade como ato político e crítica ao mito do amor romântico.

A análise demonstra o inegável pioneirismo do Galf, no sentido de abordar a lesbianidade em seus diferentes matizes e possibilidades. Algo que ultrapassa a questão da orientação sexual, do âmbito individual e privado. Trata-se de uma compreensão da existência lésbica como uma posição política de resistência à dominação masculina em toda a sua complexidade. Jules Falquet (2012), por exemplo, tem demonstrado como muitos movimentos sociais contemporâneos têm se perdido nas questões puramente identitárias, retornando a uma matriz de análise social una e propagando acriticamente o discurso vazio da afirmação da “diversidade”. Falquet (2012) nos lembra que as lésbicas feministas das décadas de 1970 e 1980 já nos ensinaram que é possível - e necessário - ir além disso.

[...] A Natureza não existe e seus atributos não passam de marcadores e consequências da atribuição de um lugar particular na organização social do trabalho. Eles podem mudar sem que a organização do trabalho seja por isto perturbada. Além disso, enquanto o combate se der em uma só dimensão por sua vez, a imbricação das relações sociais permitirá sua reacomodação sem que a lógica de fundo seja modificada – quer dizer, a opressão e a exploração (2012, p. 25).

A imbricação das relações sociais a que Falquet se refere também perpassa o ativismo do Galf. Questão evidenciada na análise que empreendemos aqui, quando o *ChanaComChana* serviu de espaço para discussões como as desigualdades sócio-econômicas e o autoritarismo do regime militar. Nesse sentido, também é relevante retomar o engajamento do grupo na campanha pela retirada do item 302 do código internacional de doenças (CID), assim como a divulgação de informações sobre o vírus HIV e formas de prevenção.

Essa atuação militante em diferentes níveis também se deu para além da questão temática. Além de se articular de forma alternativa com o *ChanaComChana*, o Galf disputou espaço na imprensa tradicional, tecendo críticas às produções midiáticas, mas também ocupando esse lugar. O exemplo mais emblemático, que destacamos aqui, foi a aparição em rede nacional, da ativista Rosely Roth, no

programa de Hebe Camargo. Na oportunidade, Roth discutiu a questão das lesbianidades de maneira não estigmatizada, além de divulgar o trabalho do Galf.

Ao sistematizar esses feitos, almejamos colaborar para a construção da memória coletiva, em especial das lésbicas. Empreendemos esse esforço considerando a permanência da discriminação homofóbica no Brasil e no mundo, além de outras formas de discriminação igualmente perversas. Retomar e atualizar a pertinência dessas lutas e do imaginário que movia as ativistas do Galf é uma forma não apenas de projetar um passado no qual as lésbicas brasileiras possam se reconhecer, mas também no qual possam se encontrar no presente.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. Tradução de Ana Cecília Acioli Lima. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p.704-719, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BACHETTA, Paola. *Co-formações/co-produções: considerações sobre poder, sujeitos subalternos, movimentos sociais e resistências*. In: TORNQUIST, Carmen Suzana... [et. al]. *Leituras de resistência: corpo, violência e poder*. V. 1. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009, p.49-73.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo Opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. Imorais e subversivos: censura a LGBTs durante a ditadura militar no Brasil. *Periódicus*, v. 1, n. 4, p.127-150, 2015.

CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, 132 f.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. A morte da clínica: movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis: ANPUH, 2015, p. 1-15. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235_ARQUIVO_Artigo-Amortedaclinica.pdf. Acesso em 9/05/2019.

COUTINHO, Gabriela. *Lésbicas no debate da redemocratização: uma análise do boletim ChanaComChana*. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília (no prelo), 2019. 60 f.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Tempo e Argumento*, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012.

FALQUET, Jules. *De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas*. Bogotá: Ediciones Antropos, 2006.

FALQUET, Jules. *Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política*. *Cadernos de Crítica Feminista*, v. 6, n. 5, p. 8-31, 2012.

FAZIO, Hugo. Historia del tiempo presente y presente histórico. *Historiografías*, n. 15, p. 22-35, 2018.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. In: GREEN, James N. ... [et al.]. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 91-120.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, v. 94, n. 3, 2000, p. 111-124.

GREEN, James. Fortalecendo alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N. ... [et al.]. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 63-78.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2003.

LESSA, Patricia. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (1979-2006)*. 2007. 261 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.

LINS, Regina Navarro. *A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências*. Ed. rev. e ampliada, Rio de Janeiro: BestSeller, 2007.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura"*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MAIA, Carolina. *Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondência e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. 198 f.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Introducción. In: MOGROVEJO, Norma... [et al.]. *Desobedientes: experiencias y reflexiones sobre poliamor, relaciones abiertas y sexo casual entre lesbianas latinoamericanas*. Buenos Aires: En la Frontera, 2009, p. 5-8.

MOGROVEJO, Norma. *Un amor que se atrevió a decir su nombre: la lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina*. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2000.

REA, Caterina Alessadra. Sexualidades dissidentes e teoria queer pós-colonial: o caso africano. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 1, n. 1, p. 145-165, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

SILVA, Emanuela Francisca Ferreira. Entre Vencedores e Vencidos: Reflexões sobre História, Memória e Cesura. *Estação Literária*, v. 4, p. 15-26, 2009.

SILVA, Zuleide Paiva. “*Sapatão não é bagunça*”: estudo das organizações lésbicas da Bahia. Tese (Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016. 382 f.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Tradução de Javier Sáez y Paco Vidarte. Madrid: Egales, 2006.

FONTES

CHANACOMCHANA, São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 2 - Dezembro/1982.

CHANACOMCHANA, São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 5 - Maio/1984.

CHANACOMCHANA, São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 6 - Novembro/1984.

CHANACOMCHANA, São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 7 - Abril/1985

CHANACOMCHANA, São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 8 - Agosto/1985

CHANACOMCHANA, São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 9 - Dezembro/1985

COMISSÃO DA VERDADE. *Ditadura e homossexualidades: iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo* Rubens Paiva. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>>. Acesso em 28/5/2019.

Folha de S. Paulo. 29 de maio de 1985. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em 25/1/ 2019.

Recebido em: 21/04/2019
Aprovado em: 29/05/2019